



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003692-48.2017.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
Requerente: **Marcos Antonio Arthur Junior Sao Carlos Me**  
Requerido: **DIOGO ALBERTO ISAC DE PAULO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou ter vendido um automóvel ao réu, comprometendo-se ele a realizar a transferência para o seu nome.

Alegou ainda que o réu não o fez, tomando conhecimento da existência de débitos atinentes ao veículo e referentes a período posterior à venda levada a cabo.

Almeja à condenação do réu ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em realizar a transferência do veículo para o nome dele.

O réu em contestação reconheceu a aquisição do automóvel em apreço, mas ressaltou que não fez a transferência ao seu nome e que não reúne condições de pagar as dívidas invocadas pelo autor, cuja responsabilidade admitiu.

A nota fiscal de fl. 10 confirma a transação celebrada entre as partes, a qual de resto não foi refutada pelo réu.

De qualquer sorte, como a obrigação em realizar a transferência do veículo é do comprador (art. 123, § 1º, do CTB), e como é incontroverso

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

que a ré não a implementou, sua condenação a isso é de rigor.

Por outro lado a matéria concernente à Secretaria da Fazenda, à Procuradoria Geral do Estado e aos protestos pelo não pagamento do IPVA do automóvel após sua venda pelo autor não podem ser aqui dirimidas.

Envolvem terceiro estranho à relação processual (Fazenda do Estado de São Paulo) que conseqüentemente não poderá ser atingido pelos reflexos do que porventura for definido nos autos.

Deverá o autor buscar por via adequada a solução de tais pendências, as quais extravasam os limites impostos pelo âmbito da presente ação.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a transferir para o seu nome o veículo indicado nos autos no prazo de dez dias, contados da intimação da presente e independentemente do seu trânsito em julgado.

Ressalvo desde já que na hipótese de descumprimento pela ré da obrigação imposta deverá ser expedido alvará para a CIRETRAN local a fim de que promova a transferência do veículo diretamente para o réu.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. P.I.

São Carlos, 28 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**